

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Lara Roriz Meireles

Avaliação de determinantes econômicos que incentivam o mercado brasileiro a realizar o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis

Brasília, DF

2013

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo

Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo

Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Jaime Martins de Santana

Decano de Pesquisa e Pós-graduação

Professor Doutor Roberto Elery

Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva

Coordenador Geral do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de

Pós-graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN

Professora Mestre Rosane Maria Pio da Silva

Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - diurno

Professor Doutor Bruno Vinícius Ramos Fernandes

Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - noturno

MEIRELES, Lara Roriz

Avaliação de determinantes econômicos que incentivam o mercado brasileiro a realizar o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis/

Lara Roriz Meireles -- Brasília, 2013 – 34 p.

Orientador(a): Prof. Doutor Jomar Miranda Rodrigues

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia - Graduação) – Universidade de Brasília, 1º Semestre letivo de 2013.

Bibliografia.

1. Teste de recuperabilidade 2. Ativos intangíveis 3. Determinantes Econômicos. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. II. Título.

“Aos meus pais, por todo amor e dedicação que sempre me deram.”

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por manter em mim a fé, o amor ao próximo e por ter me dado ânimo e motivação nos momentos em que mais precisei.

Aos meus pais, Clóvis e Simone, pelo amor incondicional, apoio, confiança e por toda dedicação e preocupação em toda minha trajetória.

Aos meus irmãos, Ricardo e Letícia, meus melhores amigos, por estarem presente em todos os momentos importantes da minha vida.

Ao meu companheiro e fiel amigo, César Vieira, por sempre acreditar em mim e por sempre me encorajar nos momentos difíceis e importantes, pelos conselhos e ombro amigo.

Às minhas amigas, Bruna Magalhães, Raíra Veloso, Cristiane Oliveira e Helena Frois, que sempre estiveram comigo durante esses anos acadêmicos, pelos bons momentos em que estivemos juntas.

Ao professor orientador Doutor Jomar Miranda Rodrigues, pelo apoio e atenção durante a realização desta pesquisa.

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma estiveram comigo, me motivando e acreditando no meu sucesso, durante essa importante trajetória em minha vida que será inesquecível.

“Nada te perturbe, nada te amedronte, tudo passa. A paciência tudo alcança. A quem tem Deus, nada falta. Só Deus basta.”

Santa Tereza D'Ávila

Avaliação de determinantes econômicos que incentivam o mercado brasileiro a realizar o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis

RESUMO

O desenvolvimento do mercado de capitais nas últimas décadas fez com que a busca por informações com maior nível de segurança e clareza por usuários internos e externos influenciasse fortemente o processo decisório. A nova contabilidade portanto, vem sendo estudada e ganha grande destaque nas áreas acadêmica e financeira e é uma fonte de vantagens para as empresas que a dominam. O IASB (IAS 36), o FASB (SFAS 144) e o Brasil (CPC 01, CPC 15 – IFRS 3, Lei 11.638/07) mudaram a forma de tratamento dos ativos intangíveis: o teste de recuperabilidade deve ser realizado quando houver a notoriedade que ocorreu a perda por desvalorização dos intangíveis e não mais a amortização dos mesmos. O teste de *impairment* é um exemplo de evidenciação mais clara e confiável a respeito da situação financeira de itens do balanço patrimonial, da estrutura de capital e da posição financeira das empresas já que a Lei nº 11.638/07 criou o subgrupo de contas “intangíveis”. O objetivo deste trabalho é identificar se as variáveis econômicas testadas e analisadas são representativas economicamente e estatisticamente para que as empresas realizem o teste de recuperabilidade dos seus ativos intangíveis. Para tal pesquisa, foi selecionada uma amostra de 324 empresas listadas na BM&BOVESPA entre os anos de 2001 a 2012. Os dados foram extraídos na base dados DataStream®Thomson-Reuters e analisados no sistema E-views®. A análise dos resultados apresentou e confirmou a hipótese formulada que os determinantes econômicos possuem significância econômica e estatística e influenciam a realização do teste de recuperabilidade dos ativos não tangíveis.

Palavras-chave: Teste de *impairment*. Ativos intangíveis. *Goodwill*. Determinantes econômicos.

1. INTRODUÇÃO

Mogliani (1958) e Miller (1963) iniciaram os estudos a respeito da estrutura de capital das empresas. Estes autores se preocuparam em identificar e revelar como é formado e gerido o capital de entidades e qual é o custo de um investimento.

Goodwill configura-se como o ativo intangível de maior relevância sendo por este motivo um tema bastante discutido atualmente. Porém, é complexo porque está relacionado a algumas características como identificabilidade e separabilidade. Ativo intangível é um tema bastante abordado em artigos, livros, periódicos e principalmente em legislações, ganhando grande destaque principalmente com a implementação do CPC 01, o CPC 15 e a correlação do IFRS 3 e a Lei 11.638/07 além dos posicionamentos do FASB e IASB.

Indicadores internos e externos aumentam ou reduzem o valor dos ativos intangíveis das empresas, levando-as a realizar o teste de imparidade no caso de evidência de perda devido a afetação da mensuração inicialmente feita e que não condiz com a realidade do período analisado.

Portanto, o objetivo geral desse estudo é verificar se há impacto causado por determinantes econômicos nos valores dos ativos intangíveis que, caso sejam reduzidos, levam a empresa a realizar o teste de imparidade para que os estes sejam menos subjetivos, as empresas sejam diferenciadas e agreguem vantagens competitivas. Este trabalho foca sua atenção em uma investigação empírica para comprovar tais fatos mencionados acima.

Essa pesquisa também se propõe a esclarecer dúvidas a respeito da realização do teste de recuperabilidade dos ativos das empresas, e os motivos que o causam, em virtude do interesse dos meios profissional e acadêmico sobre o assunto e da existência de poucas pesquisas que abordem esses dois temas mencionados em conjunto (determinantes econômicos e teste de recuperabilidade).

No presente trabalho foi utilizado o método de regressão para verificar a relação entre alguns determinantes econômicos e ativos intangíveis: *goodwill*, softwares, marcas, patentes, pesquisa e desenvolvimento.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: nesta seção é apresentada a introdução ao tema, problema e o objetivo do estudo, bem como uma breve descrição da metodologia e tratamento estatístico dos dados adotado. Na seção seguinte, é realizada uma revisão da literatura sobre ativo intangível, *goodwill*, teste de recuperabilidade e determinantes econômicos tais como PIB, valor de mercado, índice de rentabilidade e de lucratividade, fluxos de caixa, tamanho e giro; variáveis que podem ou não alterar os valores dos bens

intangíveis de acordo com seus respectivos desempenhos durante o período analisado, além das legislações vigentes. Na terceira seção são apresentados os procedimentos adotados na pesquisa. Na quarta, é realizada a apresentação e análise dos resultados. E finalmente, na última seção são feitas as considerações finais sobre o estudo efetuado.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta sessão estão presentes conceitos e abordagens sobre teste de recuperabilidade, ativos intangíveis, *goodwill*, CPC's, determinantes econômicas, legislações suporte aos temas, convergência internacional e demais desdobramentos acerca destes assuntos.

2.1 Ativo intangível e *goodwill*

Ativo intangível corresponde a um ativo não identificável, de difícil mensuração e incorpóreo: são recursos de uma empresa que possuem valor e que podem aumentar a riqueza dos acionistas caso elevem os preços dos produtos e serviços oferecidos, se forem fruto do know-how, do bom desencadeamento do negócio e de suas respectivas transações financeiras e também administrativas e operacionais além de outras influências externas e internas.

Ativo intangível é muitas vezes confundido com o conceito de *goodwill*, este é considerado um exemplo daquele, portanto ambos os termos possuem definições diferentes (NIYAMA, 2010). De acordo com o CPC 04 (2008) um ativo intangível é um ativo não monetário, não identificável, sem substância física. O CPC 15 é um pronunciamento sobre a combinação de negócios e define *goodwill* como um ativo que representa benefícios econômicos futuros resultantes dos ativos adquiridos em combinação de negócios, os quais não são individualmente identificados e separadamente reconhecidos (Brasil 2010, CPC 15).

Martins (1972) fez um estudo sobre ativos intangíveis defendendo a partir de então, a ideia que os mesmos são importantes para que os gestores desenvolvam melhores relatórios contábeis e para que os usuários das informações obtenham informações de confiança e qualidade, já que conforme o CPC 01, a Resolução do CFC 1.152/09 e a 1.292/12 e a Lei 11.638/07, as empresas devem relatar se os seus investimentos foram recuperados ou se sofreram desvalorização.

Antunes e Martins (2002) afirmam que os recursos intangíveis ingressaram no mundo empresarial e o seu gerenciamento é indispensável para a continuidade do negócio. Hoss (2010) segue a mesma linha de análise ao afirmar que os ativos intangíveis são a fonte de vantagens sustentáveis.

O mundo dos negócios está em constante evolução, a busca por novos mercados incentivam as empresas a se inovarem e sobressaírem diante das demais visando um bom posicionamento no mercado e efetivos resultados financeiros.

Nesse contexto, Coelho e Lins (2010) afirmam que:

ativo intangível é um ativo especial por ser um diferencial para aquelas empresas que o possui , garantindo status para a organização e lhe agregando vantagens competitivas... a competitividade acirrada faz com que haja uma busca pela primazia de ser o melhor, ou o primeiro a oferecer determinado benefício.

O *goodwill* é um exemplo de ativo intangível pelo fato de ser dificilmente identificável e também mensurável individualmente. São exemplos de *goodwill*: localização favorável (ponto comercial estratégico), bom relacionamento com a carteira de clientes (clientes assíduos, que fazem compras volumosas e pagam as obrigações em dia), reputação/prestígio (empresa competitiva, sem histórico de insolvência), empregados eficientes e comprometidos com a missão e visão da entidade, bons fornecedores (cumprem prazos estabelecidos para entrega, concedem descontos), capital intelectual, investimento em tecnologia, propaganda, criatividade, tradição, processos secretos de produção, ou seja, fatores imateriais, sem corpo físico que são fundamentais para a obtenção futura de benefícios econômicos devido ao bom desenvolvimento do negócio.

O *goodwill* é a melhor forma de representar os bens e direitos de uma empresa e o valor líquido real desta, porém é um tema complexo principalmente por ser difícil torná-lo identificável e separá-lo dentro da entidade.

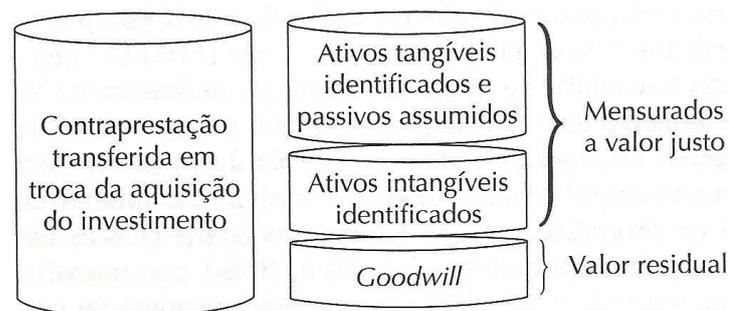


Figura 1: *Goodwill*
Fonte: IUDÍCIBUS et al, 2010, p. 263.

Coelho (2006) relatou que uma publicação avançada sobre ativos intangíveis no Brasil foi feita por Eliseu Martins em sua defesa de tese de doutorado na USP em 1972 - "Contribuição a avaliação de ativos intangíveis" e principalmente desde então o tema tem sido alvo de constante discussão e relevância por profissionais de diversas áreas, empresas, acionistas e usuários da informação com forte observância a sua evidenciação adicionando

maior confiabilidade e interesse para as organizações que qualificam esse tipo de ativo em seus balanços.

Conforme Martin et al. (2003) e Kayo, Tah e Basso (2006) quanto maior o número de patentes menor é o índice de endividamento das empresas. Perez e Famá (2006) afirma que os ativos intangíveis agregam maior valor ao patrimônio das entidades tornando perceptível o fato que estas cada vez mais investem seus recursos nesses bens intangíveis fortalecendo sua marca, seu negócio e obtendo altos retornos. Azevedo e Gutierrez (2009) concluíram que gastos com pesquisa e desenvolvimento estão diretamente relacionados com lucros crescentes das empresas analisadas.

2.2 Legislações e teste de recuperabilidade

No Brasil, a Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) permitia a reavaliação de ativos nos balanços para que seus valores não ficassem defasados e fossem mais aproximados do custo de reposição. A Lei 11.638/07 extinguiu a reavaliação de ativos pondo fim a reserva de reavaliação e tornando obrigatória a realização do teste de recuperabilidade para as empresas. Segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2010, p. 315):

muitas empresas faziam uso de reavaliações para reduzir, deliberadamente a distribuição de dividendos, mesmo quando de imobilizado não seria repostos. Outras empresas adotavam a reavaliação quando sentiam que seu patrimônio líquido estava baixo e os índices de debt equity eram comprometedores, em face da simples análise, ou por exigências de empréstimos etc.

Um estudo feito por Schvirck (2006) concluiu que não havia periodicidade na reavaliação de ativos da maioria das empresas analisadas e que a reavaliação estava sendo feita para atender a outros interesses para os quais não foi criada como, por exemplo, a manipulação de valores patrimoniais para a obtenção de bons indicadores econômicos.

O FASB não permite a reavaliação de ativos, assim como a Alemanha e a França. O IAS 16 permite a reavaliação como um método de uso alternativo para que os valores escriturados não se diferenciem tanto do valor de mercado já que o objetivo principal da reavaliação de ativos era ajustar os valores históricos ao valor de mercado. (NIYAMA, 2010, p. 56-57).

O *impairment test* presume que o ativo intangível possui vida econômica indefinida, por isso não deve ser depreciado, mas testado pelo menos uma vez por ano ou quando fatores demonstrarem que ocorreu perda de utilidade. O teste procura atentar os usuários contábeis a uma visão mais atual e verdadeira da situação econômica da empresa, considerando que o ativo pode sofrer perda de valor e que esta ocorre num prazo indeterminado e com taxas pré-

estabelecidas e também evidenciando o que os gestores das empresas esperam a respeito dos fluxos de caixa futuros (GOUVEIA e MARTINS, 2007). Muitas empresas já faliram pelo fato da adquirente pagar mais do que realmente vale pela adquirida devido a uma avaliação demasiadamente otimista em relação ao potencial econômico futuro esperado, o qual não ocorreu.

O IAS 22 (1983) estabeleceu que o ágio por expectativa de rentabilidade futura tinha que ser amortizado durante sua vida útil, não ultrapassando o período de 20 anos. A amortização se dava pelo fato de se presumir que os futuros benefícios econômicos esperados têm uma vida útil com prazo finito e consequentemente os valores devem ser amortizados para se calcular o valor mais próximo do real.

Com a implantação do IFRS 3 (2008) o ágio por expectativa de rentabilidade futura deve ser testado pelo menos anualmente pelo teste de imparidade, ou seja, deve verificar se realmente há a continuidade da geração de riqueza para os acionistas. O IAS 36 (2004) emitido pelo IASB preconiza quais são os procedimentos a serem adotados quando um ativo intangível sofre desvalorização. Esta norma afirma também que caso o valor contábil do ativo seja maior que seu valor recuperável, essa diferença deve ser ajustada no balanço. Para o IASB, *goodwill* representa um pagamento antecipado realizado pelo adquirente devido aos fluxos de caixa e benefícios que a empresa irá gerar com suas operações no futuro (GOUVEIA e MARTINS, 2007).

O SFAS 144 (Accounting for the Impairment or Disposal of Long-Lived Assets) instituído em 2001 e emitido pelo FASB trata sobre o reconhecimento contábil da perda de valor de um ativo. Para o FASB, *goodwill* é o maior valor do custo de uma empresa adquirida em relação aos valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos desta (Silva et al, 2006).

Conforme a Lei 11.638 de 2007 toda empresa que tenha em seu balanço patrimonial ativos intangível e imobilizado deve submetê-los ao teste de imparidade. Nesse teste, se o valor recuperável do ativo for menor que seu valor contábil, é preciso calcular essa diferença para ajustar o balanço mostrando o verdadeiro valor desses ativos da empresa.

Segundo Silva et al.(2006, p. 01) o teste de *impairment* é:

o instrumento utilizado para adequar o ativo a sua real capacidade de retorno econômico. O *impairment* é aplicado em ativos fixos (ativo imobilizado), ativos de vida útil indefinida (*goodwill*), ativos disponíveis para venda, investimentos em operações descontinuadas.

Portanto, no Brasil, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) era integrado no subgrupo investimentos e deveria ser amortizado. Após a Lei 11.638/07 passou a

ser realizado o teste de recuperabilidade de ativos segundo as normas do IASB e pronunciamentos do CPC 01 e classificado no subgrupo intangíveis. (NIYAMA, 2010, p. 64).

O teste de imparidade é o atual tratamento dos ativos intangíveis dado pelo FASB, IASB e no Brasil (normatizado pelo CPC 01). O FASB mudou a forma de tratamento (amortização para realização do *impairment test*) por acreditar que os usuários da informação contábil não viam a amortização como uma informação que contribuísse para a tomada de decisões. O IASB acredita que o teste de imparidade causa melhoria na qualidade do tratamento contábil e adotou esse posicionamento visando a padronização internacional (GOUVEIA e MARTINS, 2007).

O teste de recuperabilidade é feito da seguinte forma:

- Calcula-se inicialmente o valor contábil líquido: valor que o ativo é apresentado no balanço deduzindo a depreciação, exaustão ou amortização e a provisão para perdas;

- o valor recuperável é o maior valor obtido entre valor líquido de venda do bem (preço de venda menos as despesas com a venda) e o valor líquido de uso do mesmo (valor presente dos fluxos de caixa esperados com o uso do bem nas operações subtraindo as despesas operacionais);

- por fim, compara-se o valor contábil com o valor recuperável e caso o primeiro seja maior que o segundo, há uma perda com a desvalorização do ativo (CPC 01).

Existem algumas críticas a respeito da realização do teste como por exemplo a falta de exigência a respeito do detalhamento dos métodos e bases sistemáticas utilizados. São vários os métodos que podem ser utilizados para o cálculo do valor do ativo: valor de mercado, fluxos de caixa descontados, valor de ativos equivalentes, valor residual entre outros.

No Brasil, vários autores como Martins, Perez e Famá, Coelho e Lins afirmam que o teste de recuperabilidade traga vantagens competitivas para as empresas que o realizam em relação as que ainda não o fizeram agregando valor as mesmas. Isso se deve ao fato do teste representar o valor justo dos ativos, gerar maior credibilidade e segurança para os usuários da informação, gerar balanços mais transparentes além da obtenção de algumas vantagens como a concessão de operações de crédito junto a entidades financeiras obtendo assim melhores taxas de juros.

O item 10 do CPC 01 relaciona algumas variáveis internas e externas influenciáveis para que ocorra a realização do teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis:

<u>Fontes externas:</u>	<u>Fontes internas:</u>
<p>(a) durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem de tempo ou do uso normal;</p> <p>(b) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;</p> <p>(c) as taxas de juros de mercado, ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor em uso de um ativo em uso e diminuirão significativamente o valor recuperável do ativo;</p> <p>(d) o valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;</p>	<p>(e) evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;</p> <p>(f) mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na medida ou maneira em que um ativo é usado ou será usado. Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo, planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence, planos para baixa de um ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de um ativo como finita ao invés de indefinida; e</p> <p>(g) evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é, ou será pior que o esperado.</p>

Fonte: CPC 01

3. Procedimentos metodológicos

Na metodologia situa-se toda a estrutura de uma pesquisa científica, é o plano de trabalho no qual os procedimentos adotados são traçados durante a investigação a fim de solucionar os problemas e possibilitar conclusões confiáveis. Estrutura do trabalho:

- Identificação do problema: pesquisa a respeito de um tema delimitado, muito abordado anteriormente por outros autores devido a sua importância, porém com acréscimos que aprimorarão as pesquisas já realizadas, ou pouco abordado anteriormente e que está sendo objeto de grande interesse e discussão ou até mesmo algo ainda não estudado, com o qual se espera obter conclusões de notoriedade e relevância para a sociedade em geral: área acadêmica, mercado nacional e internacional etc.
- Investigação: condução do estudo através do levantamento, coleta e exploração de dados . Interrogação direta e indireta de pessoas e fontes a cerca do problema identificado. É nessa fase que os dados são explorados na tentativa de justificar o problema e obter conclusões.
- Conclusão: são as respostas às indagações feitas nas fases anteriores após a análise de todo o plano, estrutura e informações do trabalho. O objetivo é tentar descrever com exatidão os resultados alcançados com a pesquisa ressaltando as considerações mais importantes e destacáveis que também poderão servir de respaldo para outros trabalhos.

Minayo (1993, p.23) considera uma pesquisa como:

uma atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que não se esgota, fazendo uma combinação entre teoria e dados.

Gil (1999, p.42) define pesquisa como “processo formal e sistêmico de desenvolvimento do método científico, que tem como objetivo descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Neste trabalho foi utilizada a pesquisa empírico-quantitativa, já que procedimentos econométricos foram utilizados; métodos estatísticos e o uso de regressão foram implementados na coleta dos dados, tratamento dos mesmos e nos testes realizados. O uso dessa técnica de quantificação teve como objetivo a eliminação de distorções e dados não padronizados e a obtenção de resultados confiáveis. Richardson (1989) expõe que este método é frequentemente aplicado nos estudos descritivos (aqueles que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis), os quais propõem investigar “o que é”, ou seja, a descobrir as características um fenômeno como tal.

O uso de dados em painéis foi feito para que as informações pudessem ser analisadas num determinado período de tempo crescente. Segundo Hsiao (1986) o modelo para dados em painéis apresenta várias vantagens em relação aos demais procedimentos (modelo de cortes transversais e séries temporais) já que reduz a heterogeneidade presente nos indivíduos, empresas e informações. Hsiao (1986) ainda acrescenta que esse modelo permite o uso de mais observações, aumentando o grau de liberdade e diminuindo a colinearidade entre as variáveis explicadas.

Nos testes feitos são testados determinantes econômicos na tentativa de verificar quais destes estão correlacionados, seguem o mesmo padrão de análise e são relevantes para a realização do teste de recuperabilidade dos ativos das empresas observadas.

Os testes feitos são: estatística descritiva (média, mediana, máximo, mínimo, desvio-padrão), teste de raiz unitária para verificação da estacionariedade dos dados, fator de inflação de variância (multicolinearidade) e efeitos fixos, efeitos aleatórios e teste de Hausman para dados em painéis.

3.1 Amostra e coleta de dados

A amostra é composta por dados referentes às informações anuais das empresas selecionadas listadas na BMF&BOVESPA, entre os anos de 2001 a 2012. Foram selecionadas no total 324 companhias. Para a análise dos dados, as determinantes econômicas coletadas no período selecionado foram testadas no E-views.

3.2 Variáveis econômicas

As variáveis econômicas testadas são apresentadas a seguir:

A) Valor de mercado da empresa (VM) :

É o valor que um bem ou produto é encontrado no mercado, esse valor é influenciado por fatores como concorrência entre compradores e vendedores, custo de oportunidade, lei da oferta e procura, desempenho econômico (BRAGA e PAULANI, 2008). No período estudado caso o valor de mercado da empresa tenha diminuído, o teste deve ser realizado, pois isso afetará o preço dos ativos não tangíveis e certamente o valor recuperável destes será menor que seu valor contábil. Sendo o valor recuperável o maior valor entre o valor de uso e o valor justo dos ativos menos os custos com as vendas, a entidade deve reconhecer essa redução de valor recuperável contabilmente como uma provisão para perdas.

$$VM_{i,t} = \text{Cotações das ações preferenciais e ordinárias ou dos bens} \times \text{quantidade de cada ação emitida pela empresa ou dos bens}$$

B) Índice de rentabilidade (Rent) :

O índice de rentabilidade utilizado para análise será o retorno sobre o ativo (ROA). É um indicador que traz informações a respeito do desempenho econômico da empresa e da capacidade de geração de riqueza de seus ativos (ASSAF NETO, 2002).

$$\text{Rent}_{i,t} = \text{Llíq}_{i,t} / \text{AT}_{i,t}$$

em que:

$\text{Llíq}_{i,t}$ = lucro líquido é o lucro operacional após dedução da provisão para imposto de renda e da contribuição social líquida da empresa "i" no final do período "t".

$\text{AT}_{i,t}$ = ativo total é a soma ativo circulante com o ativo realizável a longo prazo e o ativo permanente da empresa "i" no final do período "t";

C) Índice de endividamento geral (End) :

Este índice revela o nível de endividamento da empresa e de solvência, se ela está cobrindo suas obrigações com recursos próprios (patrimônio líquido) ou de terceiros (passivo circulante e exigível a longo prazo). Um baixo nível de endividamento é recomendável para a empresa, pois indica que ela está fazendo investimentos que aumentam seus lucros futuramente e que não tem aversão total a riscos. É favorável a empresa usar recursos próprios para possíveis eventualidades e sazonalidades, principalmente se conseguir captar capital externo com custo de oportunidade baixo (ASSAF NETO, 2002).

Quanto maior for este índice mais endividada está a empresa, mais dependente de capital de terceiros está e com menos poder de tomar decisões e esse endividamento tem relação direta com o risco, portanto uma empresa com alto endividamento torna os investimentos arriscados, além do fato que os fluxos de caixa não estão sendo gerados conforme o esperado e conseqüentemente seus ativos sofreram perda de valor, devendo ser feito o teste de desvalorização.

$$\text{End}_{i,t} = \frac{\text{PC}_{i,t} + \text{PELP}_{i,t}}{\text{AT}_{i,t}} \times 100$$

em que:

$PC_{i,t}$ = passivo circulante representa as obrigações que deverão ser liquidadas em um período de tempo (geralmente um ano ou um exercício financeiro) da empresa "i" no final do período "t";

$PELP_{i,t}$ = são as dívidas que serão pagas no exercício financeiro seguinte da empresa "i" no final do período "t";

$AT_{i,t}$ = ativo total da empresa "i" no final do período "t".

D) PIB:

É a soma de todos os bens e serviços finais produzidos (não se inclui nessa adição os intermediários para que não ocorra a dupla contagem) em um país ou região em um determinado período de tempo, sendo um forte indicador a respeito da conjuntura econômica em que se encontra o país. Se o PIB encontra-se baixo, investimentos naquele país se tornam não atraentes e inviáveis diminuindo assim o valor das ações da empresa e também o valor dos ativos intangíveis imobilizado desta além dos benefícios econômicos esperados. Um PIB baixo representa incerteza quanto a expectativas no futuro já que ele representa a riqueza de um país (BRAGA e PAULANI, 2008).

Concluindo, um PIB decrescente gera um cenário econômico desfavorável e uma diminuição no nível de investimentos tendo em vista o consumo e também a produção do país. O valor do PIB utilizado é o encontrado no período o qual os dados foram levantados.

E) $TAM_{i,t}$ = é o logaritmo natural do ativo total da empresa, em que $TAM_{i,t}$ é o tamanho da empresa "i" no tempo "t" (RODRIGUES, 2012);

F) $FC_{i,t}$ = refere-se a toda entrada e saída de recursos na entidade, são os fluxos de caixa da empresa "i" no tempo "t".

G) $GIRO_{i,t}$ = esta variável analisa o volume de vendas na qualidade da informação, em que $Giro_{i,t}$ é o giro da empresa "i" no tempo "t", é encontrado ao se dividir as receitas líquidas de vendas pelo ativo total (RODRIGUES, 2012):

$$Giro_{i,t} = RVL_{i,t} / AT_{i,t}$$

O fato de a empresa realizar o teste de recuperabilidade traz vantagens competitivas para a mesma pois auxilia os gestores na tomada de decisão, revela maior confiança por parte dos usuários da informação, a empresa pode obter menores taxas de juros em instituições

financeiras por apresentar maior transparência e proximidade com a realidade em seus balanços patrimoniais.

3.3 Especificação do modelo

É utilizado o seguinte modelo econométrico:

$$Impair_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 VM_{i,t} + \beta_2 Rent_{i,t} + \beta_3 End_{i,t} + \beta_4 PIB_{i,t} + \beta_5 FC_{i,t} + \beta_6 TAM_{i,t} + \beta_7 GIRO_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$$

em que:

$Impair_{i,t}$ = é uma variável dummy dependente. Corresponde ao valor 0 caso não ocorra a perda de valor do ativo intangível e 1 caso aconteça essa perda por desvalorização.

$VM_{i,t}$ = valor de mercado da empresa "i" no tempo "t", escalonado pelo ativo total em "t".

$Rent_{i,t}$ = índice de rentabilidade da empresa "i" no tempo "t", escalonado pelo ativo total em "t".

$End_{i,t}$ = índice de endividamento da empresa "i" no tempo "t", escalonado pelo ativo total em "t".

$PIB_{i,t}$ = PIB (produto interno bruto) no tempo "t" ; representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos num certo período de tempo no país ou região.

$TAM_{i,t}$ = é o logaritmo natural do ativo total da empresa, em que $TAM_{i,t}$ é o tamanho da empresa "i" no tempo "t".

$FC_{i,t}$ = entrada e saída de recursos na entidade "i" no tempo "t".

$GIRO_{i,t}$ = volume de vendas na qualidade da informação da empresa "i" no tempo "t".

β_j = parâmetros a serem estimados pela regressão e.

ε_{it} = representa o termo de erro estocástico da regressão ($\sim N(0, \sigma^2)$) da empresa "i" no final do período "t".

As variáveis de interesse a serem estudadas são $VM_{i,t}$, $Rent_{i,t}$, $End_{i,t}$, $PIB_{i,t}$, $FC_{i,t}$ cujos respectivos coeficientes são $\beta_1, \beta_2, \beta_3, \beta_4, \beta_5$. As variáveis de controle são o tamanho da organização e giro das vendas. O objetivo é observar se tais variáveis são relevantes em relação ao conteúdo informacional e principalmente, se afetam os valores dos ativos intangíveis das empresas estudadas no período de análise.

4. Apresentação dos Testes Estatísticos e Análise dos Resultados

O objetivo fundamental da estatística descritiva é fazer uma síntese dos dados coletados e verificar se os valores sofrem variação e, em caso positivo, se esta é uniforme e não anormal, ou seja, se não são alterações fortemente distorcidas.

Tabela 1 – Estatística Descritiva

Variável	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Desvio– Padrão	n
<i>Impair_{i,t}</i>	0.037982	0.000000	1.000000	0.000000	0.191207	1764
<i>VM_{i,t}</i>	0.746797	0.331031	87.41588	0.000967	2.674496	1764
<i>Rent_{i,t}</i>	0.007775	0.037654	2.711503	-2.66527	0.229392	1764
<i>End_{i,t}</i>	0.355709	0.277264	9.362333	0.000000	0.575056	1764
<i>PIB_{i,t}</i>	0.116604	0.123174	0.163821	0.062641	0.032364	1764
<i>TAM_{i,t}</i>	13.99003	14.15027	20.31744	7.745868	2.049134	1764
<i>FC_{i,t}</i>	0.061793	0.069491	2.705991	-1.69364	0.181335	1764
<i>GIRO_{i,t}</i>	0.740843	0.642951	3.910407	-0.06848	0.555550	1764

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados.

A análise dos resultados permite concluir que os determinantes econômicos de interesse e os de controle seguem um padrão constante de distribuição uniforme e não anormal, com exceção do determinante tamanho nos casos de média, mediana, máximo, mínimo e desvio padrão e da variável valor de mercado em relação ao máximo e ao desvio padrão.

Nota-se também que o PIB apresenta menor desvio-padrão (0.032361) revelando que há uma baixa dispersão dos valores e uma relevante aproximação destes com a média. Verifica-se que o oposto ocorre com os determinantes tamanho (2.049134) e valor de mercado (2.674496) indicando que há maior variabilidade entre seus os valores.

Com o intuito de proporcionar maior robustez nas análises dos dados, demais testes foram realizados: teste de raiz unitária, de multicolinearidade e de Hausman (verificação do uso dos métodos: efeitos fixos ou efeitos aleatórios).

O teste de raiz unitária considera como hipótese nula (H0) a existência da raiz unitária e a não estacionariedade das séries. Este teste foi conduzido de acordo com o modelo proposto por Im, Pesaran e Shin (2003) a fim de se verificar a estacionariedade dos dados.

Os valores da tabela 2 demonstram que a hipótese nula foi rejeitada, pois valores do p-value iguais ou menores que 0.10 significam não ter raiz unitária e portanto os dados possuem grau de estacionariedade relevante (p-value próximos a 0).

Tabela 2 – Raiz Unitária (estacionariedade)

Variável	Estatística IPS	p-value
<i>Impair_{i,t}</i>	-6.28400	0.0000
<i>VM_{i,t}</i>	-11.8134	0.0000
<i>Rent_{i,t}</i>	-9.80843	0.0000
<i>End_{i,t}</i>	-3.96838	0.0000
<i>PIB_{i,t}</i>	-18.6314	0.0000
<i>TAM_{i,t}</i>	-16.1006	0.0000
<i>FC_{i,t}</i>	-13.7756	0.0000
<i>GIRO_{i,t}</i>	-22.1493	0.0000

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados.

A existência de raiz unitária compromete os resultados obtidos com o uso de testes e métodos econométricos, pois considera a regressão como espúria (sem significado econômico), ao violar os pressupostos estatísticos que a média e a variância devem ser constantes ao longo do tempo (Granger e Newbold, 1974).

O teste de multicolinearidade é utilizado para verificar a interdependência entre as variáveis, ou seja, se há uma relação linear entre uma e as demais variáveis independentes. Modelos de regressão com duas ou mais variáveis explicativas normalmente possuem algum grau de interdependência. Essa relação é chamada de multicolinearidade (Fonseca, 2003). É necessário avaliar a magnitude da multicolinearidade para saber se é severa – caso que exige tratamento. Os dados em painéis podem servir como uma alternativa de correção da multicolinearidade (Gujarati, 2000).

Tabela 3 – Teste de multicolinearidade (FIV):

Variável	FIV
<i>VM_{i,t}</i>	1,018311273
<i>Rent_{i,t}</i>	1.543338488
<i>End_{i,t}</i>	1.321047591
<i>PIB_{i,t}</i>	1.014271818
<i>TAM_{i,t}</i>	1.154383830
<i>FC_{i,t}</i>	1.171530863
<i>GIRO_{i,t}</i>	1.037547818

Fonte: Elaboração Própria, a partir dos dados coletados.

O FIV (fator de inflação de variância) é obtido pela fórmula: $1/(1-R^2)$, cujos resultados apresentados na Tabela 3 revelaram baixa multicolinearidade uma vez que, para apresentar relevante grau de colinearidade, o FIV tem que superar o parâmetro estimado que é o valor 10 (BALTAGI, 2003; GUJARATI, 2006).

Um resultado baixo do FIV (fator de inflação de variância) também indica que foi estabelecido um modelo de regressão adequado, resultados não equivocados e que existe uma baixa presença de relação linear entre os determinantes da regressão dando maior eficiência ao estudo. A ausência de multicolinearidade revela que o modelo de regressão estabelecido é o correto.

O teste de Hausman verifica a ortogonalidade e consistência dos valores, isto é, a ausência de correlação entre eles e identifica qual é o melhor método a ser usado: efeito fixo caso a probabilidade (p-value) seja menor ou igual a 0.10, ou efeito aleatório caso seja maior que 0.10.

Tabela 4 – Análise multivariada: dados em painel

Variável		Efeitos fixos	Efeitos aleatórios
<i>C</i>	coef.	-0.836960	-0.237596
	p-value	0.000300	0.000500
<i>VM_{i,t}</i>	coef.	0.004307	0.001488
	p-value	0.182900	0.115800
<i>Rent_{i,t}</i>	coef.	-0.031005	-0.023983
	p-value	0.020900	0.024000
<i>End_{i,t}</i>	coef.	0.002200	-0.001910
	p-value	0.806800	0.593800
<i>PIB_{i,t}</i>	coef.	0.194343	0.115948
	p-value	0.514700	0.706700
<i>TAM_{i,t}</i>	coef.	0.056987	0.018069
	p-value	0.000300	0.000100
<i>FC_{i,t}</i>	coef.	0.010209	0.009371
	p-value	0.516500	0.501800
<i>GIRO_{i,t}</i>	coef.	0.068351	0.013148
	p-value	0.001800	0.208300
<i>R²</i>		0.306921	0.017569
<i>DW</i>		1.951664	1.626722
<i>N</i>		1764	1764
Teste de Hausman para efeitos aleatórios em cross-section		Chi-Sq. Prob.	24.518106 0.0009

Fonte: Elaboração Própria, a partir dos dados coletados.

Os modelos usados para análise foram ajustados para efeitos fixos e aleatórios e submetidos ao teste de Hausman que rejeita a utilização do efeito aleatório. Esta rejeição é evidenciada pelo valor do p-value correspondente a 0.0009 sendo, portanto, o efeito fixo método mais recomendado para a pesquisa e o mais adequado e consistente para esclarecer a relação entre os determinantes independentes e o dependente.

Os resultados dos efeitos fixos permitem concluir que valor negativo do coeficiente de rentabilidade representa a realização do teste de recuperabilidade. Quanto maior o giro maior a propensão da empresa em realizar o teste. Conclui-se também com a análise (efeitos fixos) da tabela 4 que um alto valor para o coeficiente tamanho das empresas indica uma forte tendência de perda por desvalorização dos ativos intangíveis.

5. Considerações Finais

O desenvolvimento do mercado de capitais, a necessidade da harmonização e convergência internacional e a busca constante das empresas de se sobressaírem financeiramente e competitivamente fizeram com que pesquisas nessas áreas adquirissem suma importância para a melhoria da qualidade da informação contábil. Deste modo, estudos sobre o teste de recuperabilidade e determinantes que influenciem sua ocorrência tornaram-se objeto de estudo e de grande interesse de muitos pesquisadores. Este é também, um tema bastante ligado às demais áreas do conhecimento, por requerer outros domínios como, por exemplo, a determinação dos fluxos futuros de caixa descontados, a determinação de uma taxa de desconto e de uma base sistemática a serem utilizadas, dos cálculos de perpetuidade, do valor real líquido do bem.

Esse estudo foi norteado pela hipótese que os determinantes econômicos selecionados influenciam os valores dos ativos intangíveis e são fontes confiáveis e economicamente representáveis. Um desempenho não positivo destes determinantes gera uma desvalorização dos valores dos intangíveis e levam à realização do *impairment test*. Após a realização dos testes concluiu-se que a hipótese de estudo foi confirmada, já que os determinantes testados oferecem significância econômica e estatística, explicando de forma conclusiva a problemática do trabalho e apresentando, em sua maioria, baixa distorção de valores e distribuição uniforme e normal. A análise dos resultados de estatística descritiva revelou uniformidade na distribuição dos valores com exceção das variáveis tamanho e valor de mercado.

O teste de raiz unitária revelou que houve relevante grau de estacionariedade entre as variáveis e não existiu a raiz unitária afirmando que as variáveis não geraram resultados equivocados, além de possuírem significância econômica. O teste de multicolinearidade apresentou baixos resultados do FIV indicando que o modelo econométrico proposto no trabalho é correto e que, portanto, as variáveis independentes influenciam a variável dependente.

O Teste de Hausman evidenciou que o melhor método a ser usado é o de efeitos fixos já que a probabilidade encontrada corresponde 0.0009 (menor que 0.10) e que os resultados obtidos são consistentes para explicar a relação entre as determinantes dependente e independentes. Variáveis fortemente correlacionadas indicam que os testes de regressão feitos são pouco confiáveis e tendenciosos ao erro. O FIV indicou que há uma baixa

multicolinearidade entre os determinantes, sugerindo que estas são relevantes para explicar o problema em questão.

Os determinantes econômicos quando testados e analisados neste trabalho revelaram que são explicativos e confiáveis e que durante o período analisado afetaram os valores dos ativos intangíveis das empresas alterando positivamente ou negativamente esses ativos realocando financeiramente a posição da empresa. Portanto, quando houver a notoriedade que ocorreu a desvalorização desses recursos intangíveis devido a conjuntura econômica observada com a análise dessas e de outras variáveis internas e externas, o teste de recuperabilidade deve ser feito revelando o valor real dos ativos da empresa. Em períodos em que houve perda de valor dos intangíveis, as variáveis estudadas apresentaram reduções em seus desempenhos: o país não estava em um cenário econômico favorável (PIB menor). Assim, as empresas obtiveram menor lucratividade, endividaram-se e houve redução no valor de mercado das mesmas entre outros fatores.

Uma limitação evidenciada nesse estudo foi a pouca quantidade de determinantes econômicos testados. Para futuras pesquisas sugere-se que uma amostra maior de empresas seja estudada, sendo investigados outros determinantes econômicos além dos citados nesse trabalho como inflação e índices de liquidez. É interessante também a realização de uma pesquisa relacionando o teste de recuperabilidade às empresas que possuam o mesmo segmento de atuação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. E. F. AMEIDA. Qualidade da informação contábil em ambientes competitivos.** São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. 2010.
- ANTUNES, M. T. P. MARTINS, E. Capital intelectual: verdades e mitos.** Revista de Contabilidade & Finanças da USP – FEA – Departamento de Contabilidade e Atuaria. São Paulo – SP, 2002.
- ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro.** 7^a.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- AZEVEDO, F. N.; GUTIERREZ, C. E. C. A relação dos gastos com P&D na taxa de crescimento de longo prazo das empresas listadas na NYSE.** In: CONGRESSO ANPCONT, 3., 2009, São Paulo. Anais. São Paulo: ANPCONT, 2009.
- BALTAGI, B. H. Econometric analysis of panel data,** 3rd Edition. John Wiley and Sons, 2005.
- BEUREN, I. M. (Org.) et al. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2003.
- BRAGA, M. B.; PAULANI, L. D. A nova contabilidade social.** 3^a ed. Saraiva: 2008.
- BRASIL. *Lei nº. 11.638*, de 28 de Dezembro de 2007.
- BRASIL. *Lei nº. 6.404*, de 17 de Dezembro de 1976.
- COELHO, A. C. DIAS. Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil.** Tese (Doutorado). São Paulo: FEA-USP, 2007.
- COELHO, C. U. F.; LINS, L. S. Teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2010.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS.** Pronunciamento Técnico CPC 01. **Redução do valor recuperável** . Disponível em: www.cpc.org.br. Acesso em 12 de dezembro de 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 04. **Ativo intangível.** Disponível em: www.cpc.org.br. Acesso em 20 de dezembro de 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 15. **Combinação de negócios.** Disponível em: www.cpc.org.br. Acesso em 10 de janeiro de 2013.

Conselho Federal de Contabilidade <www.cfc.org.br> Resoluções

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, v.2, n.4, p.01-13, Blumenau. Sem II. 2008.

DUARTE, Patrícia Cristina; LAMOUNIER, Wagner Moura; TAMKAMATSU, Renata Turola. Modelos econométricos para dados em painéis: aspectos teóricos e exemplos de aplicação à pesquisa em contabilidade e finanças. Disponível em: www.congressosp.fipecafi.org/artigod720075/523.pdf

FONSECA, M. A. R. Álgebra linear aplicada a finanças, economia e econometria. Barueri: Manole, 2003.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOUVEA, Fernando Henrique Câmara ; MARTINS, E. . Comparação dos métodos de tratamento do goodwill adquirido face às características qualitativas da informação contábil: impairment test x amortização. In: IV Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 2007, São Paulo. Anais do IV Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 2007.

GRANGER, Clive; NEWBOLD, Paul. Spurious regressions in econometrics. Journal of Econometrics, Nottingham, v.2, p. 111-120, Jul. 1974.

GREENE, W. H. Econometric analysis. 6ª. ed, Pearson: New Jersey, 2008.

GUJARATI, D. N. Econometria básica. 3ª ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

GUJARATI, D. N. Econometria básica. 4ª ed. São Paulo: Campus. 2006.

HAMBERG, Mattias ; PAANANEN, Miri; NOVAK, Jiri. The Adoption of IFRS 3: The Effects of Managerial Discretion and Stock Market Reactions. European Accounting Review. Volume 20, Issue 2, 2011.

HENDRIKSEN, Eldon S.; **BREDA**, Michael F. Van. **Ativos intangíveis e investimentos não circulantes**. In: HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. Teoria da contabilidade. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999. Cap. 18, p. 387-408.

HOSS O. et al.: Gestão de Ativos Intangíveis. São Paulo: Atlas, 2010.

HSIAO, Cheng. **Analysis of panel data**. Cambridge: Cambridge University Press. IAS 22 :**Business Combinations**. Disponível em: <http://www.iasplus.com/en/standards/standard20> .Acesso em 12 de fevereiro de 2013.

IAS 36. **Impairment of assets**. Disponível em <http://www.iasplus.com/en/standards/standard20> . Acesso em 12 de fevereiro de 2013.

IASB - International Accounting Standards Board. **IAS 36 - Impairment of Assets**. Junho, 1998.

IASB - International Accounting Standards Board. **IFRS 3 – Business Combinations**. 2008. Disponível: em <http://www.ifrs.org> .

IAS 36. **Impairment of assets**. Disponível em <http://www.iasplus.com/en/standards/standard20> . Acesso em 12 de fevereiro de 2013.

IASB - International Accounting Standards Board. **IAS 36 - Impairment of Assets**. Junho, 1998.

IASB - International Accounting Standards Board. **IFRS 3 – Business Combinations**. 2008. Disponível: em <http://www.ifrs.org> .

IUDÍCIBUS, S. de; **MARTINS**, E.; **GELBCKE**, E. R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

IUDÍCIBUS, S et al. **Manual de Contabilidade Societária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S.. **Teoria da Contabilidade**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KAYO, E. et al. Ativos Intangíveis, ciclo de vida e criação de valor. Revista de Administração Contemporânea (RAC), v. 10, n. 3, p. 73-90, Jul./Set. 2006.

KAYO, E. K.; TEH, C. C.; BASSO, L. F. C. Ativos Intangíveis e estrutura de capital: a influência das marcas e patentes sobre o endividamento. Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP), São Paulo, v. 41, n.2, p.158-168, abr./maio/jun. 2006.

Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007. Disponível em: www.planalto.gov.br

LIMA, João Batista Nast de. A relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. 2010.

LOPES. A. B. A informação contábil e o mercado de capitais. São Paulo: Pioneira Tompson Learning. 2002.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2005.

LÜDKE, Menga. & ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.

MADDALA, G. S. Introdução à Econometria. 3ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.

MARTINS, E. Contribuição à avaliação do ativo intangível. 1972. 109 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - USP, São Paulo. 1972.

MARQUES, L. D. Modelos Dinâmicos com Dados em Pannel: revisão de literatura. Centro de Estudos Macroeconômicos e Previsão - Faculdade de Economia do Porto, Portugal, outubro de 2000.

MARTINS, Eliseu. Avaliação de Empresas: da mensuração contábil à econômica. São Paulo: Atlas, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 1993.

NIYAMA, Jorge k. Contabilidade internacional, São Paulo: Atlas. 2º ed., 2010. Páginas: 61,124,125.

NIYAMA, Jorge k.; SILVA, César A. T. Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas. 2ª ed., 2011. Páginas: 137 – 151.

PAULO, Edilson; MARTINS, Eliseu. Análise das informações contábeis nas companhias abertas. In: ENCONTRO DA ASSOCIACAO NACIONAL DE POS-GRADUACAO E PESQUISA EM ADMINISTRACAO — ENANPAD, 31º, 2007, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD: 2007.

PAULO, Edilson. Qualidade das informações contábeis na oferta pública de ações e debêntures pelas companhias abertas brasileiras. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9.º, 2009, São Paulo. **Anais** eletrônicos. São Paulo: FEA/USP, 2009. Disponível em <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos92009/217.pdf>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2013.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos Intangíveis e o desempenho empresarial. Revista Contabilidade & Finanças – USP, São Paulo, n. 40, p. 7-24, jan./abr. 2006.

Revista EXAME. 28 maiores fusões e aquisições no mundo dos negócios em 2012. Editora Abril. Dezembro de 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989. São Paulo: Atlas, 2010. Cap. 13, p. 261-269.

RODRIGUES, Jomar Miranda. Convergência contábil internacional: uma análise da qualidade da informação contábil em razão da adoção dos padrões internacionais de contabilidade editados pelo IASB - Orientador: Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília. Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis e Atuariais. – FACE. Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (UnB/UFPB/UFRN) 2012.

SARLO NETO, Alfredo. Relação entre a estrutura de propriedade e a informatividade dos lucros contábeis no mercado brasileiro. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. 2009.

SCHVIRCK, E. A reavaliação de ativos e seus impactos na análise das demonstrações contábeis no Brasil. Dissertação de mestrado. USP. São Paulo. 2006.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; NETO, Alexandre Assaf. Administração do capital de giro. 4º ed. Atlas: 2012.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. Contabilidade Básica. 2ª ed. Atlas: 2007.

SILVA, Paula D. A. et al. Impairment de Ativos de Longa Duração: Comparação entre SFAS 144 e o IAS 36. Congresso EAC. USP:2006.

O CINQUENTENÁRIO DE MODIGLIANI & MILLER: REFLEXÕES SOBRE A TEORIA E A PRÁTICA DAS FINANÇAS . <www.scielo.br>Acesso em 06 de março de 2013.

